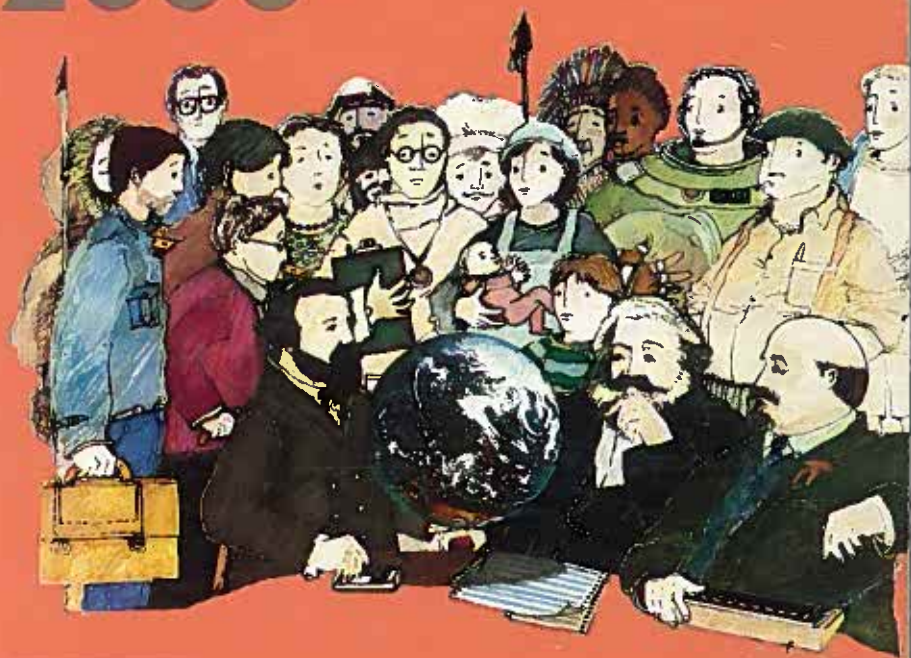


João de Freitas Branco
Antônio Mendonça e Nelson Ribeiro
Carlos Pimenta
Armando Castro

o Marxismo no limiar do ano 2000




**editorial
CAMINHO**

5

Biblioteca
Universidade Popular

Carlos Pimenta

Marxismo e crise do sistema monetário internacional

1. Alguns factos

1.1. Na comunicação «O Marxismo e a Crise Económica Actual» fazem-se referências directas e indirectas à crise do sistema monetário e financeiro internacional, expressão particular da crise estrutural e de sobreprodução que imbui a produção e repartição capitalista mundial. Consequência de uma dinâmica global e das esferas económicas determinantes, ela apresenta igualmente um conjunto de impactes de grande relevância: surgimento de crises intermédias (*) ⁽¹⁾, instabilidade no comércio internacional, empolamento da fuga de capital-dinheiro do processo produtivo, dificuldade de políticas de relançamento da economia, etc. Algumas novas características da estrutura do sistema monetário internacional no período posterior à Segunda Grande Guerra (de que os dois traços mais característicos são a generalização institucionalizada dos mecanismos de crédito internacional e a utilização do dólar como moeda internacional) e do movimento cíclico [dessincronismo (*) até 1973-1976 e profundidade das duas mais recentes crises num quadro de intensa luta de classes e intervenção do Estado] vieram dar grande importância à crise monetária e financeira, que apresenta, com maior ou menor intensidade relativa, três componentes:

- ruptura da circularidade do crédito, por outras palavras, generalização do não pagamento das dívidas;
- escassez de liquidez bancária, necessidade de redução das operações activas ou processos de falência;

⁽¹⁾ Os asteriscos remetem para o Glossário inserto no fim deste texto. (N. da E.)

- instabilidade cambial das moedas dos diversos países perante as restantes e alterações de todas elas em relação às cotações nos mercados internacionais, nomeadamente do ouro.

A própria articulação entre estas diversas manifestações tem evoluído e apresentado novas facetas. Enquanto a «crise bancária» era, até à crise de 1929-1933, a componente dominante, desde os Acordos de Bretton Wood (*), e sobretudo após 1968, o traço mais vincado é a «crise da moeda nacional», expressa também pela taxa de câmbio.

1.2. Num ponto seguinte reflectiremos sobre estas facetas da crise monetária e financeira e sua alteração ao longo dos anos — pequenas, e quantas vezes insensíveis, alterações quantitativas que em certos momentos «catastróficos» produzem transformações qualitativas, de conteúdo muito diverso conforme as contradições em jogo e a acção dos homens nos mecanismos de ruptura —, mas aqui e agora gostaríamos de insistir em dois aspectos relacionados com o tema central que enforma esta comunicação:

- a) As características da crise monetária e financeira são hoje muito diferentes do tempo de Marx.
- b) Os fenómenos monetários são hoje em tipo e quantidade radicalmente distintos dos verificados quando Marx analisou esses problemas.

Referindo este último aspecto, e sem qualquer pretensão de fazer um inventário temático ou cronológico, poder-se-ia referir como meros exemplos:

- Desde 1968-1971 que as moedas dos diversos países nos planos internos e internacionais são integralmente inconvertíveis em ouro, situação que foi protelada por um conjunto vasto de reuniões e decisões políticas e expedientes económicos: «pool de ouro» (*), «twist operation» (*) «títulos Roosa» (*), mercado paralelo do ouro (*), etc.

- O mercado do ouro e da prata, mercados internacionais relativamente unificados e com uma tradição histórica alicerçada na existência de importantes reservas de ouro nos bancos centrais, conhecem desde 1968 grandes oscilações de cotação. Da cotação histórica de 35 dólares dos EUA por uma onça de ouro fino, que vigorou até 1971, durante quase três décadas, chegou-se entre Abril e Setembro de 1983 a uma cotação média de 425 dólares, sendo o caminho entre essas datas atravessado por frequentes subidas e descidas bruscas.
- Alguns tipos de moeda em sentido lato desapareceram nacional e internacionalmente, como é o caso das libras de ouro na economia portuguesa, assim como de outras moedas de ouro e prata. As diferenças entre algumas delas esbateram-se — hoje é irrelevante distinguir entre depósitos de diversos bancos e a nota bancária deu lugar ao cheque. Novas «moedas» surgiram, podendo-se referir entre outras os Direitos Especiais de Saque (*) e a ECU (*). A articulação entre estas diversas moedas apresenta matizes muito variados.
- Multiplicam-se os intermediários financeiros (*) à escala mundial e nacional, diversificam-se os mercados financeiros e surgem sistematicamente alterações nos seus equilíbrios e desequilíbrios. Reforça-se a internacionalização desses mecanismos — os mercados de eurodivisas e eurotítulos, os circuitos dos petrodólares (*), a sensibilidade dos mercados de capitais mundiais às alterações das taxas de juro nos mercados americanos —, e as vias institucionais da sua manifestação — criam-se em 1944 o FMI (*) e o BIRD (*); o primeiro diversifica a partir da década de 70 as suas linhas de crédito, as operações activas deslocam-se quantitativamente para um reduzido grupo de grandes bancos privados.
- Os bancos centrais dos países aumentam — até fins do século passado apenas se tinham constituído 29, só no período 1921-1930 formaram-se 32 e desde então mais de um cento —, constituindo-se em situações muito diver-

sificadas — desde bancos de capital estrangeiro a bancos do Estado, desde bancos num país a supranacionais. O leque das suas actividades aumenta, indo desde as operações de *open market* (*) ao redesconto e seu controlo, desde a fixação de taxas de reserva mínima à imposição de taxas de juro, desde a interdição da convertibilidade monetária à colocação de capitais nos mercados estrangeiros, desde as operações de crédito internacional às manipulações das taxas de câmbio. Actuações muito diferentes — hoje restringindo, amanhã expandindo, hoje «importando» capitais, amanhã «exportando-os» — e com alterações frequentes, lentas ou bruscas.

- Alterações do nível e composição das reservas internacionais, hoje constituídas por ouro, divisas, Direitos Especiais de Saque e posição de reserva no FMI. Falência de algumas tentativas de criação de uma moeda internacional «exterior» ao dólar. Alterações dos regimes cambiais em geral e em alguns países: câmbios fixos com uma oscilação de 1 % até 1973, câmbios oscilantes entre limites mais largos (2,5 %, 6 %), como as chamadas serpentes europeias, câmbios flutuantes como no Chile de Pinochet. Combinação da «estabilidade cambial» com as desvalorizações e revalorizações bruscas ou periódicas.
- Aumento da dívida externa (em 1982 a dívida e serviço da dívida dos países subdesenvolvidos era superior a 600 000 milhões de dólares), crescente responsabilidade dos Estados pelo seu pagamento, situação de maior instabilidade quanto à possibilidade de pagamento — em 1976 os atrasos nos pagamentos externos ao FMI não atingiam os 2000 milhões de DES, enquanto em 1982 já ultrapassavam os 30 000 milhões —, e, consequentemente, à liquidez dos bancos transnacionais e FMI.
- Sucedem-se as reuniões internacionais para tomar decisões políticas sobre o funcionamento do sistema monetário, de que é mais um exemplo a Conferência de Williamsburg realizada em Maio do presente ano, visando encontrar forma de «conter a inflação, reduzir os tipos de juros,

incrementar o investimento produtivo e aumentar as oportunidades de emprego», para o que se considerou importante uma política monetária de «crescimento não inflacionário e disciplinado dos agregados monetários e tipos de juros adequados», assim como a intensificação das consultas e a «convergência de políticas e a cooperação internacional a fim de contribuir para a estabilização do mercado de divisas».

E, entretanto, vão-se alterando os ritmos de «oferta» da massa monetária e das suas respectivas «procuras», alteram-se as origens e destinos dos fluxos financeiros, modificam-se as variações na massa de cheques passados pelas câmaras de compensação, activa-se e desactiva-se o mercado interbancário, oscila o peso dos efeitos protestados no montante dos descontados e deste em relação à sua circulação, alguns bancos nascem enquanto outros vão à falência (muito menos que antes da articulação dos bancos num sistema bancário e da hierarquização deste com a constituição e hegemonia de um banco central).

Enfim, uma tal quantidade de acontecimentos, sucedendo-se a ritmos acelerados, com direcções tão diversificadas e mutáveis, sob o capricho de tantas intervenções políticas nacionais e internacionais, rebeldes às decisões solenes e circunspectas de governos e poderosos das finanças, manipuladas por interesses privados e nacionais múltiplos, que estaríamos tentados a classificar como somatório de fenómenos aleatórios, jogo de caprichos de deuses.

1.3. E se parece elementar reconhecer que um tal conjunto de factos não pode surgir como um mero somatório de acontecimentos isolados, que há que existir uma estrutura interna que conecte os diversos fenómenos entre si, que forneça uma lógica interna essencial à dinâmica de conjunto, por muito diversa e contraditória que seja, nem sempre é esse o caminho percorrido pelas explicações burguesas.

Quando se analisa mais a conjuntura de um determinado momento do que a situação de longo prazo em que se insere — «as

conjunturas moldam as estruturas» —, quando se considera o sistema monetário-financeiro um brinquedo nas mãos do poder político, tudo correndo bem quando as decisões são «acertadas» e há conjugação de vontades e se atribui àquele um campo ilimitado de intervenção, quando se justifica um determinado fenómeno pontual com um acontecimento também isolado, quando se explicam os fenómenos monetários e financeiros por outros do mesmo teor, desinseridos da globalidade do económico, quando se faz tudo isto e muito mais, está-se a reconhecer implicitamente a aleatoriedade do fenómeno.

E se este tipo de explicação da evolução do sistema monetário internacional não satisfaz muitos dos seus autores, também é verdade que têm dificuldade em fugir-lhe por diversas razões cumulativas:

- a dinâmica das categorias económicas é situada ao nível do mercado, do confronto entre diversos agentes económicos actuando na posse de uma integral liberdade individual;
- os Estados são encarados como sujeitos, usufruidores de uma total liberdade de actuação, ao mesmo tempo que a moeda é vista como um objecto manipulável politicamente (daí a frase vulgar: se o Estado puser a rotativa a trabalhar...)
- o sistema monetário internacional capitalista é assumido como uma realidade eterna, eventualmente minado por situações divergentes mas nunca contraditório em si mesmo.

Estas tendências de análise dos problemas monetários são reforçadas pelo facto de a moeda não reflectir directamente as contradições das relações sociais de produção, aparecer como um elemento homogeneizador dos diversos agregados — todos os «agentes económicos» se relacionam pela troca, de que a moeda é a categoria central, e todos os agregados quantitativos são mensuráveis em moeda — e apresentar uma autonomia relativa.

Acrescente-se a influência ideológica exercida pelas explicações baseadas no subjectivismo, exercida frequentemente pela pseudo-simplicidade que uma tal leitura apresenta.

A título ilustrativo destes aspectos, refira-se uma explicação muito generalizada para a existência da reserva mínima. É frequente afirmar-se que os banqueiros do século XVIII descobriram que não necessitavam de ter em caixa a totalidade dos depósitos realizados pelo «público», atribuindo-se a Palmstruch, fundador do Banco de Estocolmo, a autoria dessa «brilhante ideia». Ora, dizê-lo é escamotear o essencial, o que permitiu essa «descoberta» e tornou viável que se tivesse passado de taxas de reserva de 90 % para as actuais, inferiores frequentemente a 10 %: a passagem da usura para o crédito, a conversão do dinheiro em capital-dinheiro, isto é, a sua inserção no movimento de criação de mais-valia, a função do capital-bancário como intermediário na circulação daquele entre diversos ciclos do capital, o aumento da velocidade de circulação deste, o progressivo desenvolvimento de formas de cooperação entre os diversos bancos por imposição da formação do mercado nacional, a intervenção do Estado — em geral, principal credor — na actividade bancária, etc. Em síntese, o recurso à actuação do «agente» encobre a acção de múltiplos factores objectivos em que joga um papel primordial a dinâmica do próprio processo produtivo.

1.4. Convirá aqui salientar, recorrendo nomeadamente ao exemplo anterior, que architectar uma concatenação lógica entre diversos acontecimentos históricos do sistema monetário e fundi-los no leque de categorias económicas, formando entre si uma estrutura coerente, em síntese, construir uma teoria monetária-financeira que permita uma releitura do «aleatório», não é um mero esforço da inteligência, não é a elaboração de um modelo que se justapõe à realidade, não é um conjunto de ideias *a priori* ordenador de uma realidade por natureza anárquica. Tais esforços idealistas estão condenados ao fracasso, oscilando hoje entre os modelos que colocam a moeda no cerne das problemáticas teóricas — exemplo, a «economia monetária» é o núcleo da teoria do desequilíbrio —, até aos que consideram, numa descendência

continua sendo uma forma do capital, que tem como núcleo central o capital produtivo, mas em que o «capital sob a forma monetária» é o ponto de partida para cada capitalista — «a circulação do capital implica a do capital-dinheiro, o qual se encontra no início, mas também no fim do ciclo» (Brunhoff, *La Monnaie chez Marx*, 2.^a ed., Paris, Ed. Sociales, p. 69). A moeda volta a ser explicitada quando da «Reprodução e a circulação do conjunto do capital social», sendo-lhe dedicado expressamente um ponto do cap. XX — «A reprodução da matéria monetária».

No livro III («O processo de conjunto da produção capitalista») é referida a possibilidade de um movimento autónomo do capital-dinheiro, no capítulo XIX («O capital-financeiro»): «Uma certa fracção, sob a forma de capital-dinheiro, separa-se pois do capital total e torna-se autónoma; a sua função exclusiva, do ponto de vista capitalista, é assegurar as referidas operações para o conjunto dos capitalistas industriais e comerciais» (p. 324). Logo de seguida a secção V («Partilha do lucro em juro e lucro de empresa») é dedicada ao crédito. Aí é reanalisada a moeda.

2.3. Muito se tem escrito sobre o significado desta sequência dos assuntos em *O Capital*, o que desde logo demonstra a sua importância. Alguns autores fazem-no recorrendo igualmente aos *Grundrisse*, mas tal não nos parece uma boa metodologia, sobretudo quando essa obra, anterior a *O Capital*, é utilizada para negar aspectos do conteúdo deste.

Longe de nós voltarmos a tal assunto de uma forma sistemática. Contudo, existem algumas ideias centrais daqui resultantes que têm interesse:

a) a mercadoria e a moeda são duas faces de uma mesma realidade em determinada fase da produção mercantil, começando antes do capitalismo e englobando este. A economia capitalista é necessariamente uma economia monetária e só o «estudo da moeda sob a sua forma geral não específica do modo de produção capitalista» (Brunhoff, *ob. cit.*, p. 14), permite compreendê-la, pois «as leis gerais da circulação monetária continuam a actuar no modo de produção capitalista onde, no entanto, existe uma

circulação monetária *específica*, a da moeda-crédito (*)» (idem, *ibidem*, p. 15);

b) a produção e a troca, a mercadoria e a moeda, o capital produtivo e o capital-dinheiro estão indissoluvelmente ligados, havendo entre eles um inter-relacionamento dialéctico. Da autonomia relativa de cada uma das esferas resulta a possibilidade de um movimento autónomo do capital-dinheiro, moldado pelo movimento global do capital em cada momento. Essa «distanciação» entre o crédito, materializado no movimento do capital-dinheiro, e a base produtiva é sempre relativa e exige uma «aproximação». Se os problemas financeiros estão à partida resolvidos nos esquemas de reprodução, a introdução do tempo (períodos longos e conjuntura) rompe essa compensação *a posteriori*;

c) o crédito tem uma base monetária. «É por isso que a análise das estruturas específicas do crédito se situa no quadro de uma teoria monetária do crédito, que permite compreender as sobrevivências tais como a usura (*), e os retrocessos do próprio sistema de crédito moderno que se manifesta ao longo da evolução conjuntural» (idem, *ibidem*, p. 113). O sistema de crédito altera o sistema monetário na medida em que a moeda-crédito é também um instrumento de crédito mas, corroborando o que afirmámos anteriormente, é necessário uma «teoria monetária da moeda de crédito» (idem, *ibidem*, p. 114) e não uma teoria financeira da moeda.

2.4. Da apresentação destas conclusões não será difícil concluir que em Marx se encontram os elementos essenciais para interpretar a crise do sistema monetário internacional. No estrito campo monetário e de crédito, fornece-nos uma metodologia de análise, uma articulação lógica de categorias, as leis gerais da moeda e do crédito, a natureza das leis específicas da circulação monetária, a articulação de umas e outras. De uma forma mais vasta, apresenta os elementos essenciais para uma teoria geral das crises e das crises monetárias e financeiras.

A afirmação frequente de que a análise que Marx fez da moeda está ultrapassada porque era uma teoria do padrão-ouro e este já desapareceu é demasiado simplista, enformando de erros

de leitura e interpretação, para além de uma dificuldade essencial: desinserção social das categorias e sua apreciação metafísica.

Este assunto é bastante vasto. As deturpações à teoria marxista — que se vêm juntar a uma arma da burguesia não menos poderosa: o silêncio — são tantas e variadas que esse tema, mesmo quando restrito à moeda e ao crédito, daria para muitas páginas. Apenas um exemplo, de dois autores em moda. Concini e Schmitt (*La Pensée de Karl Marx — critique et synthèse*, vol. II, «La Plus Value») afirmam: «A moeda é criada pelos bancos e à sua nascença ela não admite nenhuma relação com um qualquer custo de produção; ela é uma não mercadoria» (p. 135). Não é isto a inversão total da lógica de Marx? Não é substituir uma teoria monetária do crédito pela teoria creditícia da moeda? Nesta altura o leitor já está suficientemente informado para tirar as suas próprias conclusões, mesmo que uma resposta exigisse, obviamente, um estudo mais aprofundado.

2.5. Até agora temos falado em articulação lógica dos conceitos. Se esta é a expressão da própria realidade, é uma exigência dialéctica que tenha relações com a sequência histórica.

Esta é uma temática muito discutida, nomeadamente quanto à forma-valor. Aflorando apenas o assunto relacionado com a actividade bancária, chegámos à conclusão de que a articulação conceptual reflectia integralmente a sequência histórica. Por outras palavras, a sequência em que as diversas funções hoje designadas de bancárias foram aparecendo (intermediário dos pagamentos, caixa, regulador das moedas e dos câmbios, convertibilidade das moedas, emissão de moeda representativa de um valor, emissão de moeda garantia de pagamento, financiamento do tesouro público, intermediário autónomo dos movimentos do capital-dinheiro, monetarização do crédito comercial, crédito bancário), em que a articulação se processou (emergindo da necessidade de garantir a solvabilidade internacional e a convertibilidade recíproca das diversas moedas utilizadas no mercado nacional) e os diversos tipos de intervenção estatal se foram articulando [gestão monetária (*) e política monetária (*)],

correspondem harmonicamente com a sequência dos conceitos expostos em *O Capital*.

Uma visão de conjunto pode ser apresentada no quadro 1. Para a sua leitura, manifestamente pouco simples, chamamos a atenção dos seguintes aspectos:

— Ao passar do cimo para baixo estamos, do lado esquerdo, a apresentar a sequência lógica (Moeda, Usura, Crédito) a níveis mais ou menos desagregados (a moeda é desagregada em algumas das suas funções relacionadas com a temática bancária) e, do lado direito, a sequência histórica das funções bancárias.

— Dentro do conjunto das funções bancárias, ao caminhar-se da esquerda para a direita está-se a evoluir da actividade de cada banco para a do Banco Central e do Estado.

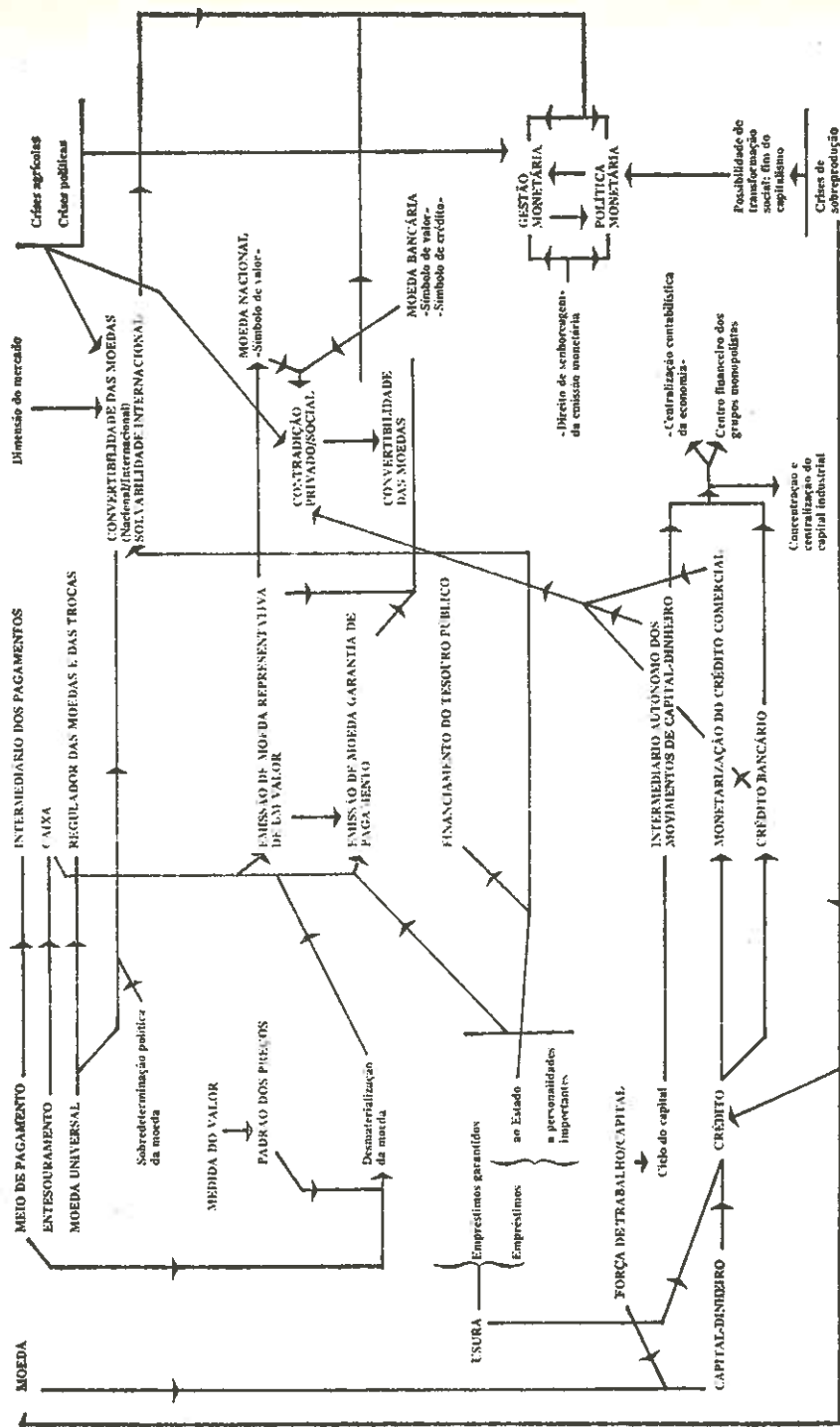
— As setas dão o sentido principal de relacionamento entre categorias, categorias e funções, entre estas, resultante da natureza essencial dos conceitos.

2.6. Entremos agora um pouco mais na análise de alguns princípios gerais para um conjunto de comentários mais aprofundados. Os diversos aspectos da moeda e do crédito constituem um todo indissociável. Quando dizemos, por exemplo, que a moeda é uma relação social e, mais adiante, que ela é sobre-determinada politicamente, não estamos perante duas características apenas articuladas entre si pela estrita razão de se aplicarem conjuntamente à moeda. Ser «relação social» e «sobre-determinada politicamente» reflectem conjuntamente a divisão social do trabalho, a formação de classes sociais, a natureza sobrestrutural do Estado e sua inevitável inserção nas relações sociais de produção.

Contudo, agora gostaríamos de incidir sobre dois aspectos que reputamos de centrais:

- a moeda e o crédito são relações sociais diferentes;
- a reprodução do equivalente geral é o cerne da dinâmica do sistema monetário.

2.7. Já dissemos que a moeda e a mercadoria são duas faces da mesma realidade. A moeda é o resultado de um deter-



minado grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho, por outras palavras, de como se reparte entre os agregados sociais a tarefa colectiva de transformar a natureza com vista à satisfação das necessidades dos membros da sociedade. Divisão social do trabalho e existência de produtores independentes corresponde a uma interdependência e relacionamento através das mercadorias, do processo de troca. A moeda é, sobretudo, o relacionamento entre produtores e consumidores (produtivos ou improdutivos) de mercadorias. É a resolução da contradição entre o valor e o valor de uso da mercadoria. Por tudo isto dizemos que *a moeda é uma relação social de produção que se manifesta na troca*. A moeda, para ser relação social, para relacionar, tem de se instrumentalizar, assumindo uma certa forma. Natureza específica da relação e tipo de instrumento estão interligados, evoluindo no tempo, mas o essencial é o ser relação social. As formas de instrumentalização modificam-se mas a essência mantém-se.

É uma relação social de produção que se manifesta na troca e que se caracteriza pelo preenchimento de um conjunto de funções:

a) *Medida dos valores*: «É porque todas as mercadorias medem o seu valor de troca em ouro [em *O Capital* começa-se por afirmar “Para simplificar, a partir de agora supomos que o ouro é a mercadoria que preenche as funções de dinheiro”, Ed. Centelha, p. 149], na proporção segundo a qual uma determinada quantidade de ouro e uma quantidade determinada de mercadorias contêm o mesmo tempo de trabalho, que o ouro se torna medida de valor» (*Contribuição...*, p. 25). E reforça: «Não é o dinheiro que torna as mercadorias comensuráveis. Pelo contrário, porque as mercadorias enquanto valores são materialização de trabalho e portanto comensuráveis entre si, é que elas podem medir conjuntamente os seus valores na mesma mercadoria especial e transformar esta última em dinheiro, isto é, fazer dela a sua medida comum» (*O Capital*, ed. port., pp. 149-150).

O valor de troca expresso em moeda é o preço. A função medida do valor tem como derivada a de *padrão de preços*.

b) A moeda preenche a função de *meio de circulação* quando é utilizada para a troca das mercadorias que «só pode efectuar-se sob condições contraditórias, que se excluem mutuamente» (*ibidem*, p. 166). O movimento «Mercadoria — Dinheiro — Mercadoria» é decomponível em venda (M — D) e compra (D — M). «O movimento que a circulação das mercadorias imprime ao dinheiro afasta-se constantemente do seu ponto de partida» (*ibidem*, p. 185) e este curso do dinheiro cria a ilusão do determinante e determinado: «embora o movimento do dinheiro seja apenas a expressão da circulação das mercadorias, a aparência é contrária: é a circulação das mercadorias que parece resultar do movimento do dinheiro» (*ibidem*, p. 186).

c) O *entesouramento* é a função preenchida pela moeda quando não está a ser utilizada na troca de mercadorias: «logo que a série de metamorfoses das mercadorias se interrompe, e a venda não é completada por uma compra subsequente, ele (dinheiro) imobiliza-se ou transforma-se, como diz Boisguillebert, de *móvel* em *imóvel*, de *moeda* em *dinheiro*» (*ibidem*, p. 209). Não adoptando a terminologia do autor citado por Marx, convém salientar dois aspectos em reforço desta função tão frequentemente esquecida ou mal interpretada:

- moeda entesourada não significa que esteja imobilizada, mas apenas afastamento da troca de mercadorias. É a moeda entesourada que é a base monetária do financiamento capitalista, do crédito;
- põe em confronto o individual e o social: porque a moeda descreve permanentemente um circuito que vai da sua não circulação à sua circulação, e «apesar do carácter secundário da sua importância, não é *neutra* e nunca pode ser completamente *neutralizada* (seja pelo desenvolvimento do crédito ou pela política monetária), pois acciona certas decisões privadas» (Brunhoff, *ob. cit.*, p. 55).

d) A função de *meio de pagamento*, de tanta frequência em capitalismo, mas anterior a ele, é uma função derivada das duas anteriormente referidas. No movimento M — D «no fim do prazo fixado para a execução do contrato, o dinheiro entra na circulação, pois muda de lugar e passa das mãos do antigo comprador

para as do antigo vendedor. Mas ele não entra na circulação como meio de circulação ou como meio de compra. Funcionava como tal antes de estar presente e aparece após ter cessado de preencher essa função. Entra ao contrário na circulação como único equivalente adequado da mercadoria, como modo de existência absoluto do valor de troca, como última palavra do processo de troca, enfim, como dinheiro, e como dinheiro na função precisa de *meio de pagamento geral*» (Marx, *Contribuição...*, p. 104).

Enfim, moeda é uma relação social de produção mercantil que se manifesta na troca (relação entre produtores independentes interdependentes, entre produtor e consumidor) e que preenche globalmente o conjunto de funções referidas.

2.8. Uma natureza bastante distinta é a do crédito. Herdeiro da usura, inevitavelmente contemporâneo do capitalismo — já vimos que o início do ciclo do capital é o capital-dinheiro e o crédito acelera a rotação do capital e a mobilidade entre ramos —, acaba por forjar elementos pós-capitalistas, de que um exemplo é a centralização contabilística da economia gerada pelo sistema bancário.

Mas aqui interessa salientá-lo como categoria capitalista, qualitativamente diferente da usura, impondo as regras de funcionamento às sobrevivências desta que hoje continuam a manifestar-se. Não tem significado falar em crédito no modo de produção mercantil. A sua dimensão histórica está limitada ao capitalismo — mesmo o que normalmente se designa por «crédito em socialismo» é uma realidade radicalmente diferente. É uma relação social que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e na «especialização» da classe capitalista. Tem como traços característicos:

- a) A classe capitalista divide-se funcionalmente (e não pessoal ou juridicamente) em capitalistas financeiros — os que possuem capital-dinheiro disponível — e capitalistas industriais — que possuem o capital produtivo.
- b) Há um movimento de capital-dinheiro — enquanto dinheiro está na função de entesouramento — do capita-

lista financeiro para o industrial — transferência temporária que impõe a circularidade do movimento.

- c) O capitalista industrial transfere uma parte do seu lucro (mais-valia apropriada) para o capitalista financeiro sob a forma de juro.

Resumidamente, em produção mercantil (e portanto também em capitalismo) temos $M - D - M$. O ciclo do capital (específico do capitalismo) é $D - M... P... - M' - D'$ ou, sinteticamente, $D - M - D'$. O crédito gera $D - D - M - D' - D'$, ou simplesmente $D - D'$. «Com o capital portador de juro, a relação capitalista atinge a sua forma mais exterior, a mais fetichizada. Nós temos aqui $D - D'$, dinheiro produzindo dinheiro, um valor valorizando-se a si mesmo, sem nenhum processo que sirva de mediação aos dois extremos» (*O Capital*, VII, p. 55). E contudo não pode ser desligado em última análise da produção e troca de mercadorias.

O crédito é, pois, uma *relação social entre capitalistas exercendo diferentes funções, assente num movimento circular de capital-dinheiro portador de juro*.

2.9. Do afirmado anteriormente não será difícil de concluir que a moeda e o crédito têm essências diferentes. «O crédito não contém a moeda, pressupõe-a. Pois não pode preencher as funções de fixação do padrão de preços e de pagamento das compras. Mesmo que se admita que “o crédito faz a moeda”, a moeda difere do crédito. E isso qualquer que seja a sua forma, mercadoria, nota ou escrituração bancária. O crédito *não se deduz* da moeda, mesmo quando se entrelaça com algumas das suas funções. Como sistema de pagamento difere incluindo uma taxa de juro, está ligado à circulação do capital» (Brunhoff, *Les Rapports d'argent*, 1979, Maspero-PUG, pp. 88-89).

Mas da articulação estreita entre os sistemas monetário e de crédito resultam algumas novas características da situação actual:

- a) Os mecanismos de crédito flexibilizam a emissão monetária, adequando esta às exigências da circulação existentes em cada momento. A estreita ligação entre crédito e movimento do

capital produtivo adequa os sistemas de crédito e monetário à base produtiva e do primeiro ao segundo. A utilização de crédito desligado do processo produtivo, a multiplicidade dos pólos de crédito para a mesma circulação de mercadorias, rompe a adequação dos sistemas de crédito e monetário à esfera produtiva. A expansão do crédito partindo de uma base monetária mais restrita cria a possibilidade de ruptura entre os dois sistemas, que apenas se manifesta se se romper o ciclo do capital, isto é, no caso de crise.

- b) O crédito modifica a relação social entre produtores independentes, entre produtor e consumidor.

Com efeito, as mercadorias só o são se forem validadas socialmente. A moeda é a contrapartida dessa *validação social*. O crédito bancário permite a *antevalidação privada* das mercadorias. A hierarquização do sistema de crédito e a intervenção do Estado permite a *antevalidação social das mercadorias*. Esta não elimina a validação social mas permite retardá-la. Reforça as possibilidades de ruptura entre produção material e sistema monetário. Quando a antevalidação social das mercadorias se processa para garantir a circulação de mercadorias, que de outra forma não se processaria, num quadro de crise, pelo funcionamento da lei do valor, estamos em presença da destruição de valor: a nova relação social desloca essa destruição da mercadoria para a moeda (nacional/internacional). A *antevalidação social das mercadorias corresponde a uma modificação qualitativa nas relações sociais*. E, o que é muito importante, as alterações quantitativas são uma expressão daquelas.

2.10. Analisemos agora a problemática da reprodução do equivalente geral. É conhecido que Marx, no capítulo I, do livro I de *O Capital*, analisa a forma do valor e considera:

- a forma simples ou acidental do valor;
- a forma-valor total ou desenvolvida;
- a forma geral do valor;
- a forma-dinheiro.

Estas diferentes formas de valor apresentam-se numa determinada sequência lógico-histórica, expressão do desenvolvimento das forças produtivas e grau de divisão social do trabalho. É um absurdo considerar que essas formas de valor se alternam entre si no próprio modo de produção capitalista, como o fazem alguns autores que julgam que para se apresentarem como marxistas basta acrescentar uma «capa sociológica» à estrutura de pensamento burgueses.

Mas não é esta temática que nos vai ocupar. Centremo-nos no assunto. Na forma geral do valor, todas as mercadorias exprimem o seu valor numa única mercadoria, *equivalente geral*, que assume um conjunto de especificidades em relação às restantes: «Portanto [...] o mundo das mercadorias só possui uma forma-valor relativa social e geral, porque todas as mercadorias que dele fazem parte são excluídas da forma-equivalente ou da forma sob que são imediatamente permutáveis. Pelo contrário, a mercadoria que funciona como equivalente geral (o tecido, por exemplo) não pode participar da forma-valor relativa geral; para isso seria necessário que ela pudesse servir de equivalente a si mesma. Obteríamos então: 20 metros de tecido = 20 metros de tecido, tautologia que não exprime nem valor nem grandeza de valor. Para exprimir o valor relativo do equivalente geral, teremos de ler a forma C ao contrário. Ele não possui nenhuma forma relativa comum às outras mercadorias, mas o seu valor exprime-se relativamente na série interminável de todas as outras mercadorias» (*O Capital*, ed. port., cit., p. 107).

O equivalente geral distingue-se das restantes mercadorias. Contrapõe-se a estas. *A moeda é o equivalente geral*: «A mercadoria especial, com cuja forma natural a forma-equivalente pouco a pouco se identifica na sociedade, torna-se mercadoria-dinheiro ou funciona como dinheiro. A sua função social específica, e portanto o seu monopólio social, consiste em desempenhar o papel de equivalente universal no mundo das mercadorias» (*ibidem*, pp. 107-108). No essencial, a forma geral do valor e a forma-dinheiro não diferem.

A moeda continuar a ser moeda é continuar a ser equivalente geral. É contrapor-se a *toda e qualquer* mercadoria. E isto coloca um novo problema. Se podemos hoje, como em qualquer outra época histórica, falar em *uma* moeda, necessário é referir a existência de *diversos tipos* de moeda: moeda de trocos (distinguíveis em diversas ligas), depósitos no BNU, depósitos na UBP, etc., depósitos dos bancos comerciais no Banco Central, notas, dólares, marcos, etc., DES, ECUS, etc. De uma forma agregada podemos considerar três tipos de moeda: bancária, nacional e internacional.

Para existir a *reprodução do equivalente geral* é necessário que se consumam dois movimentos:

a) as diversas funções da moeda continuem a realizar-se;

b) os diferentes tipos de moeda sejam convertíveis entre si. Dois movimentos que formam uma unidade indissolúvel, que nos dispensamos de abordar.

Mas esta reprodução não é pacífica, existem permanentemente possibilidades de ruptura. Ruptura entre as diversas funções da moeda, porque elas apresentam contradições entre si — por exemplo, enquanto a função de medida do valor exige uma moeda ideal, a de meio de circulação só se manifesta através de uma moeda real; enquanto estas duas conduzem à desmaterialização da moeda, a de entesouramento, como reserva de valor, exige essa materialização; enquanto a de medida do valor pressupõe a variabilidade do valor da própria moeda, a de padrão de preços pressupõe a sua fixidez. Ruptura na convertibilidade recíproca dos diversos tipos de moeda, porque as suas fontes emissoras e os seus mecanismos impulsionadores são muito diversificados, impondo dinâmicas contraditórias. Este conflito evidencia-se nos períodos de crise. Entretanto, o desenvolvimento do sistema de crédito e as alterações no sistema monetário internacional modificaram as probabilidades de inconvertibilidade entre os diversos tipos de moeda, deslocando a maior probabilidade da relação moeda bancária-moeda nacional para a moeda nacional-moeda internacional.

Esquemáticamente, retomando o que dissemos sobre a antevalidação social das mercadorias:

1.º) Sem introdução do crédito

- $M — D$ $D =$ moeda enquanto relação social que garante a validação social das mercadorias
- Crise: $M \neq D$ e destruição da mercadoria (de valor M)

2.º) Com crédito comercial

- $M — D_c — D$ $D_c =$ «moeda comercial»
- Crise: $D_c \neq D$ e destruição do valor M (falência de empresa)

3.º) Com crédito bancário

- $M — D_c — D_b — D$ $D_b =$ moeda bancária
Instrumentalmente $D_b \neq D$
- Crise: $D_b \neq D$ e destruição do valor de M e adequação do crédito e da moeda à base produtiva (falência bancária)

4.º) Com intervenção do Banco Central

- $M — D_c — D_b — D_n — D$ $D_n =$ moeda nacional
Instrumentalmente $D_n = D$
- Crise: $D_n \neq D$ e destruição de valor de D_n e suas simultâneas rupturas com a moeda internacional

2.11. Esta noção de reprodução do equivalente geral é fundamental para se interpretar os acontecimentos monetários e financeiros contemporâneos referidos logo de início.

As modificações das taxas de redesconto e de juro, os regimes de câmbios e suas alterações, as políticas de controlo da massa monetária, etc., são expressões particulares da reprodução do equivalente geral. É certo que seria um reducionismo inadmissível

explicar tudo dessa forma. É preciso ter em consideração outros factores, tais como sobredeterminação política da moeda e margem de intervenção autónoma do Estado, correlação de forças social e política entre os diversos países (que faz, por exemplo, com que no caso de «forte dominação económica do país de moeda dominante» haja «um mercado nacional de divisas nacionais de sanção fictícia» e a reprodução do equivalente geral apenas se realize aparentemente), a articulação entre os diversos mercados financeiros, a influência da oferta e procura de capital-dinheiro e de divisas, etc. Enfim, uma multiplicidade de factores que inevitavelmente surgem quando se sobe ao concreto, mas que apenas completam a noção central apresentada.

2.12. O instrumental teórico marxista possui todas as ferramentas para a leitura científica dos fenómenos monetários contemporâneos.

A crise do sistema monetário internacional é uma manifestação da crise global do capitalismo, erigida em fundamental em alguns períodos pelo seu carácter mais evidente, pela relevância que assumiu face a algumas características do ciclo, pelos impactes desfavoráveis sobre o processo produtivo, pelas políticas a que tem dado lugar.

A desigual correlação de forças entre os diversos países e a acção frequentemente supranacional das multinacionais tem viabilizado sustentar situações de ruptura, agudizando os problemas e as tensões. O recurso sistemático ao crédito — nomeadamente desde 1968, em que se situa o início da crise com desvio de capital-dinheiro para capital fictício — tem sido o expediente mais utilizado.

A crise de sobreprodução, nomeadamente esta que vivemos, tem aumentado as probabilidades de ruptura na convertibilidade dos diversos tipos de moeda. Incidindo também sobre a moeda bancária — de que são expressão algumas falências bancárias e a situação instável dos grandes credores internacionais —, é sobre as moedas nacionais e internacionais que a crise se abate: problemas de balanças de pagamentos, instabilidade cambial, subida da cotação do ouro, falência sucessiva de propostas de reforma do sistema monetário nacional e internacional.

3 Que saídas?

3.1. Os momentos catastróficos, como aquele que vivemos actualmente, têm em si o impulso de transformação mas não é possível, à partida, definir o caminho futuro em toda a sua pormenorização.

O que se passar com o sistema monetário internacional depende muito fortemente da evolução da crise de sobreprodução e da crise geral do capitalismo. E estas, como se viu noutra comunicação, apresentam diversas hipóteses de «saída», determinadas pela maturação das suas contradições internas no quadro do confronto entre os sistemas capitalista e socialista, a luta dos trabalhadores, a acção dos países ditos do Terceiro Mundo.

Os problemas monetários capitalistas são o reflexo da contradição entre o carácter social da produção e o carácter privado da sua apropriação. Qualquer solução no quadro do sistema capitalista nacional ou mundial é um mero *desvio de contradições* e não a sua resolução.

Significa isto que qualquer marxista deve ter total consciência do carácter limitado das reformas capitalistas e que a resolução dos problemas monetários actuais só são viáveis pela transformação das relações sociais de produção. Ter consciência e lutar, pois a revolução socialista não se processa espontaneamente. E as transformações revolucionárias em cada país influenciam a situação internacional.

Mas não significa que se tome uma atitude indiferente perante as diversas propostas burguesas. E também é sabido que é uma atitude contra-revolucionária o «quanto pior melhor». *Lutar contra o monetarismo é uma tarefa prioritária.*

Glossário

ACORDOS DE BRETON WOOD

— «As resoluções da dita conferência, convocada por iniciativa dos EUA e realizada sob o seu patrocínio um ano antes de terminar a guerra (1944), constituíram um acto de consolidação da posição dominante alcançada pelo capital financeiro norte-americano no campo da circulação monetária internacional, assim como das relações financeiras e do crédito» (Stadnichenko, *La Crise del Sistema Monetário del Capitalismo*, p. 102).

BANCO INTERNA- CIONAL PARA A RECONSTRU- ÇÃO E O DESENVOL- VIMENTO (BANCO MUNDIAL)

— «A sua criação foi decidida em Julho de 1944 pela Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, a fim de contribuir para a reconstrução dos países membros atingidos pela guerra e ajudar o seu desenvolvimento económico. Os recursos do Banco são fornecidos pelos subscritores dos países membros [...] e por emissão de empréstimos» (Cotta, *ob. cit.*, p. 46).

CRISES INTER- MÉDIAS

— «Evidenciaremos seguidamente crises que são acompanhadas por quedas importantes do volume e de paragens duráveis (vários anos) do crescimento dos investimentos privados em capital fixo. Na medida em que o movimento do capital fixo constitui a base material principal do ciclo económico, designaremos estas crises de *cíclicas* para as distinguir das outras, *intermédias*, em que ocorre uma diminuição dos investimentos nos *stocks* de mercadorias, mas em que a diminuição dos investimentos em capital fixo produtivo não é nem im-

portante, nem de longa duração, ou nem sequer tem lugar» (S. Menchikov, *O Ciclo Económico*, ed. portuguesa, Lisboa, Estampa, p. 147).

DESSINCRO- NISMO

— «Convém introduzir uma diferenciação entre o sincronismo dos ciclos e o sincronismo das crises nos diferentes países. Se medirmos o grau de sincronismo pelos métodos adoptados precedentemente, veremos que o *sincronismo do ciclo mundial não diminui muito* em relação ao de entre as duas guerras, embora tenha diminuído em relação ao período situado antes da Primeira Guerra Mundial. Pelo contrário, o *sincronismo das crises baixou consideravelmente* em relação aos períodos situados antes da Segunda Guerra Mundial.

«Esta diferenciação tem valor de princípio porque é justamente a crise que se revela a fase decisiva *constitutiva* do ciclo.

«Assim, o dessincronismo do ciclo constitui uma das causas que favoreceram a *transferência do centro de gravidade da instabilidade económica do sistema capitalista para a esfera do dinheiro e da moeda*» (Menchikov, *ob. cit.*, pp. 127 a 135). Após 1974 aumentou o sincronismo das crises, entre países e sectores de actividade.

128

DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUE

— «Os DES foram criados pelo FMI em começos de 1970 num montante um pouco superior a 3400 milhões de dólares...

«Os DES, ou o "ouro-papel" apresentavam-se como o protótipo de uma moeda internacional artificial.»

ECU

— Unidade de conta da CEE.

EURO- DÓLARES E PETRO- DÓLARES

— «um eurodólar é um dólar que pertence a um não americano ou um dólar que pertence a um cidadão americano mas que está depositado num

banco não americano» (Cotta, *Dicionário de Economia*, p. 171). Quando pertencente a cidadão ou governo de países exportadores de petróleo, designa-se de petrodólar.

FUNDO MONETARIO INTERNA- CIONAL

— «A conferência monetária e financeira das Nações Unidas, de Bretton Woods, reunida em Julho de 1944, criou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os 44 países que participaram nesta conferência quiseram desse modo facilitar a cooperação monetária internacional e o crescimento equilibrado do comércio internacional, assegurar o equilíbrio das balanças de pagamento e favorecer o estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos. Os recursos são assegurados pelas quotizações em ouro e divisas dos países membros (um quarto da quotização é depositado em ouro e o resto em moeda nacional). Elas são periodicamente aumentadas... Portugal aderiu ao Fundo Monetário Internacional em 1960» (Cotta, *ob. cit.*, pp. 197-198).

GESTÃO MONETARIA POLÍTICA MONETARIA

— «A acção estatal respeitante à moeda possui dois aspectos que é preciso distinguir:

«1.º — o de uma *gestão* que apresenta um carácter misto, público/privado; mas as técnicas desta gestão são apresentadas como "política monetária"; pensamos que se trata aqui de uma interpretação de carácter ideológico:

«— a utilização de instrumentos de análise, como os das diversas intervenções sobre as taxas de juro ou as reservas dos bancos, leva sempre à ideia de uma acção "autónoma" do Banco Central;

129

«— esta acção é além disso apresentada como prática de “interesse geral”, decidida com conhecimento de causa e mais ou menos formalizável no interior de um modelo. Quotidianamente o Banco Central fiscalizaria a moeda nacional para preservar o crescimento económico sem “excessiva” subida dos preços;

«2.º — O outro aspecto diz respeito aos momentos estratégicos em que a *política* governamental deve intervir sobre a moeda, porque a gestão da moeda nacional pelo Banco Central se encontra muitas vezes em dificuldade. Aqui também as intervenções governamentais são apresentadas como política monetária de interesse geral, enquanto na realidade são apenas decisões tendentes a tornar possível uma nova gestão da moeda, indispensável à expansão da acumulação capitalista.»

«Na contradição imanência/exterioridade do Estado relativamente à sociedade de classes e à infra-estrutura, o aspecto dominante é tanto a imanência como a exterioridade (no caso da moeda, tanto a gestão como a sanção política)» (Brunhoff, *Política Monetária*, pp. 10-11).

— «Um intermediário financeiro é uma empresa (pública ou privada) cuja função é a obtenção de fundos, através de empréstimos, para em seguida os emprestar» (*ibidem*, p. 227).

— «A 12 de Março (1968) em Basileia convocou-se com urgência uma reunião do «pool do ouro» formado pelos directores dos bancos centrais dos Estados Unidos, Inglaterra, RFA, Itália, Suíça,

Bélgica e Holanda. Nessa reunião tomou-se a decisão seguinte: manter o anterior preço constante do ouro em dólares, 35 a onça, ou seja, conservar a paridade ouro do dólar e a anterior correlação das divisas dos países membros do FMI com o dólar. Com o objectivo de tranquilizar a opinião pública, fez-se sobre tal uma declaração pública. Mas o efeito foi nulo. O pânico não abrandou, antes pelo contrário, aumentou. Satisfazer a procura de ouro tornou-se impossível. Face a tal situação, e por exigência do presidente Johnson, nos centros financeiros da Europa Ocidental, os bancos interromperam ou cessaram temporariamente as operações monetárias. A 15 de Março os directores dos bancos centrais voltaram a reunir-se, agora em Washington. Ali se acordou estabelecer o sistema dos duplos preços do ouro. Decidiu-se manter o preço anterior do ouro, 35 dólares por onça, para as operações interestatais levadas a cabo pelos bancos centrais, e admitir a flutuação livre dos preços do mercado do ouro sob a acção da oferta e da procura» (Stadnichenko, *ob. cit.*, pp. 218-219).

— Moeda emitida em resultado de uma operação de crédito.

— Política dos bancos centrais de compra ou venda de títulos já anteriormente transaccionados no mercado «injectando ou retirando liquidez com vista a neutralizar os efeitos, sazonais ou temporários, das flutuações económicas, exercendo uma pressão sobre a posição das reservas dos bancos comerciais» (Guglielmi, *Les Expériences de la politique monétaire*, p. 69). Também possível de exercer na bolsa de título. Operando preferencialmente com títulos de dívida pública.

**POOL
DO OURO**

— «Já em 1961 se chegara a um acordo quanto aos esforços colectivos para manter o preço do ouro ao nível oficial estabelecido. Constitui-se o denominado «*pool* do ouro», pelo qual os bancos centrais dos países que nele participaram começaram a coordenar os seus actos dirigidos para a manutenção do preço do ouro ao nível fixado» (Stadnichenko, *ob. cit.*, pp. 144-145).

**TÍTULOS
ROOSE**

— «Daí que no programa de Johnson (1968) se incluísse como um objectivo (pelo menos até equilibrar a balança de pagamentos): atrair para os Estados Unidos capitais estrangeiros sob a forma de depósitos bancários e de empréstimos a médio prazo... Rapidamente a Tesouraria dos Estados Unidos colocou no exterior obrigações dos denominados empréstimos a médio prazo Roosevelt (assim chamado por ter sido R. Roosevelt, vice-ministro das Finanças dos Estados Unidos, quem apresentou a ideia), como um dos pontos centrais do programa financeiro governamental» (Stadnichenko, *ob. cit.*, p. 218).

**TWIST
OPERATION**

— Operação que acompanhou os títulos Roosevelt, que consistiu na «elevação das taxas de juro a curto prazo, ao mesmo tempo para atrair depósitos e outros capitais a curto prazo, ao mesmo tempo que se procurava conter a subida das taxas a longo prazo para evitar a deflação da economia» (Feitor, «A crise do sistema monetário internacional», in *Economia e Socialismo* n.º 6 e 7, p. 88).

USURA

— «O capital produtor de juro, ou para o designar sob a sua forma antiga, o capital usurário, faz parte, com o capital comercial, seu irmão gémeo,

das formas antediluvianas do capital que precede de longe a moda da produção capitalista e se encontram nas estruturas sociais mais diversas do ponto de vista económico» (Marx, *O Capital*, t. II, p. 253).